

PROCESO 04/MJ
01/01/1996.2
01
1996

17 JUL 14 2 55 000000

do

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Encru...
ESTADO DE PERNAMBUCO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
FATIMA VEIRA
LONGMAN
NASCIMENT

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -- Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.



ÂNGELO CARDOSO DA SILVA (1943-1970)

Número do processo: 232/96

Filiação: Celanira Machado Cardoso e João Cardoso da Silva

Data e local de nascimento: 27/10/1943, Santo Antônio da Patrulha (RS)

Organização política ou atividade: M3G

Data e local da morte: 23/04/1970, Porto Alegre (RS)

Relator: general Oswaldo Pereira Gomes, com vistas de Nilmário Miranda

Deferido em: 27/08/1996 por unanimidade

Publicado no DOU em: 29/08/1996

Gaúcho de Santo Antonio da Patrulha, residente em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, Ângelo Cardoso da Silva era um motorista de táxi vinculado à organização M3G – Marx, Mao, Marighella e Guevara, pequeno grupo de oposição armada ao regime militar, praticamente circunscrito ao Rio Grande do Sul, que teve como fundador e líder um dos 136 nomes da lista anexa à Lei nº 9.140/95, Edmur Péricles Camargo.

Ângelo encontrava-se detido no Presídio Central de Porto Alegre por sua participação política nesse agrupamento clandestino, conforme declaração firmada por outro preso político do período, Paulo de Tarso Carneiro, anexada ao processo formado junto à CEMDP. As autoridades divulgaram que Ângelo teria se enforcado dentro de sua cela, no dia 23/04/1970, às 16h. O laudo da necropsia foi assinado por Izaías Ortiz Pinto e Carlos B. Koch, confirmando a versão oficial. Seu nome consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos.

O relator da CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, apresentou voto pelo indeferimento alegando não haver provas de que Ângelo fora preso por motivos políticos. Nilmário Miranda pediu vistas ao processo e em seu relatório esclareceu as dúvidas sobre a existência do M3G e a militância de Ângelo, comprovando a prisão política através de declarações de ex-presos, sendo inquestionável a sua morte em dependência do Estado. Como resultado, o requerimento foi deferido por unanimidade na Comissão Especial.

O acerto dessa decisão receberia nova confirmação em abril de 2007, quando se tornou conhecido o chamado "*Livro Negro do Terrorismo do Brasil*", produzido pelo CIE por orientação do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. Na página 356 desse documento, consta uma informação que comprova a militância política de Ângelo: "*A partir daí, até o dia 2 de março de 1970, o M3G assaltou mais três estabelecimentos de créditos no Rio Grande do Sul. Foram assaltadas: a agência da União de Bancos, em dezembro, em Cachoeirinha; a agência Tristeza, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro de 1970, em Porto Alegre; e, finalmente, a agência Viamão, do Banco do Brasil, em 2 de março (...)* Participaram desses assaltos: João Batista Rita, Paulo Roberto Telles Frank, Bertolino Garcia Silva, Ângelo Cardoso da Silva e Dario Viana dos Reis. Edmur Péricles tomou parte em todas as ações".



NORBERTO NEHRING (1940-1970)

Número do processo: 176/96

Data e local de nascimento: 20/9/1940, São Paulo (SP)

Filiação: Nice Monteiro Carneiro Nehring e Walter Nehring

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 24/04/1970, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 23/04/96, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/96

Economista e professor da USP, Norberto morreu em São Paulo, provavelmente em 25/04/1970. O nome dele já constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* e a denúncia de sua morte no DOPS foi feita em depoimentos nas auditorias militares. Norberto militou no PCB e acompanhou Marighella na cisão que gerou a ALN, fazendo parte da Coordenação de São Paulo, em estreita ligação com Joaquim Câmara Ferreira.

Depois do ginásio, cursou Química Industrial no Mackenzie e trabalhou na Brasilit e na Pfizer. Casado com Maria Lygia Quartim de Moraes, tiveram em 1964 a filha Marta, que mais tarde seria co-diretora de um premiado documentário cinematográfico sobre os filhos dos mortos e desaparecidos políticos do Brasil.

Dotado para a matemática, Norberto se distinguiu na Faculdade de Economia da USP, onde ingressou em 1963, recebendo várias ofertas para ser instrutor. Concluído o curso em 1967, tornou-se assistente na cadeira de História Econômica e começou imediatamente a trabalhar em planejamento econômico, no Grupo de Planejamento Integrado – GPI, tendo como colegas Sérgio Motta, Sérgio Ferro e Diógenes Arruda Câmara. Em 1968, passou a cursar a pós-graduação no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

Em 07/01/1969, já tinha sofrido uma primeira prisão pelo DOPS/SP, lá permanecendo por dez dias e testemunhando torturas sofridas por seus companheiros, pertencentes a um grupo da ALN em Marília (SP). Novamente em liberdade, passou a atuar na clandestinidade. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar incluem seu nome como integrante do chamado 2º Exército da ALN, ou seja, um grupo de 25 militantes da organização que teriam recebido treinamento de guerrilha em Cuba, entre março e setembro de 1969.

Segundo informações constantes no processo junto à CEMDP, bem como nos dossiês elaborados por familiares, Norberto retornava de Cuba em 18/04/1970, quando teria sido preso, ou detectado pelos órgãos de segurança, ao entrar no Brasil pelo aeroporto do Galeão. Morreu em circunstâncias não esclarecidas até hoje, havendo o registro de que o responsável por sua prisão foi o delegado Sérgio Paranhos Fleury. A versão oficial é de que se suicidou, enforcando-se com uma gravata no quarto que ocupava no hotel Pirajá, conhecido bordel de policiais naquela época, no centro de São Paulo, proximidades da antiga estação rodoviária e do próprio DOPS. Não há perícia de local, laudo necroscópico e nem fotos do corpo.

A versão de suicídio, confirmada em nota oficial pelo então delegado do DOPS Romeu Tuma, consta no inquérito feito pelo delegado Ary Casagrande, onde há um bilhete que Norberto teria escrito para enviar à família. Buscando esclarecer os fatos, seu sogro foi até o hotel e lá soube que ali ninguém se suicidara. O próprio inquérito contribuiu para desmentir a versão oficial. Na requisição de exame, consta que teria se afogado e o laudo necroscópico ali citado, mas nunca localizado, informa que a morte se dera por asfixia.

Ao elaborar seu parecer, o relator na CEMDP argumenta que o bilhete atribuído a Norberto revela estado de aflição por pressentir a captura, demonstra consciência do risco de vida que corria, e não uma vontade suicida. Buscando ganhar tempo e demonstrando certeza do que lhe ocorria, informava à família que viajara para Niterói, Campos, Vitória, Belo Horizonte, terminando em São Paulo.

O relator ressaltou que apesar de não haver provas irrefutáveis de sua morte sob a custódia do Estado, os indícios eram suficientes para o deferimento, sendo o seu voto aprovado por unanimidade na Comissão Especial.



ROBERTO MACARINI (1950-1970)

Número do processo: 324/96

Filiação: Herminia Juliano Macarini e Dolarato Antônio Macarini

Data e local de nascimento: 15/07/1950, São Paulo (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 28/04/1970, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 27/08/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 29/08/96

O estudante e bancário Roberto Macarini, de 19 anos, foi preso em São Paulo no dia 27/04/1970 e levado à sede da OBAN, onde foi submetido a violentas torturas. Militante da VPR, teria sido levado pelos agentes policiais, conforme a versão oficial, a um suposto encontro